

Senado adia aprovação do acordo sobre juros

**Senador decide usar
prazo regimental
de cinco dias antes
de encaminhar o voto**

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado decidiu, ontem, adiar para terça-feira, às 10 horas, a aprovação do acordo fechado pelo governo brasileiro com os credores privados para pagamento dos juros atrasados da dívida externa. O responsável pelo adiamento foi o senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), que fez questão de usar o prazo regimental de cinco dias para entregar seu voto sobre o parecer do relator, senador Ronan Tito (PMDB-MG).

O assunto foi discutido ontem em sessão secreta, com a presença do presidente do Banco Central, Francisco Gros, e do negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster. Dos cinco senadores que haviam pedido vistas, na véspera, sobre o parecer de Ronan Tito, apenas o senador Ruy Bacelar exigiu usar o prazo de cinco dias. Os senadores Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP), Moisés Abraão (PDC-TO) e Coutinho Jorge (PMDB-PA) concordaram em entregar o voto hoje.

O senador Ruy Bacelar não quis fazer muitos comentários sobre a sua decisão. "Usei o prazo previsto no regimento", disse apenas. A sessão secreta, que durou mais de três horas, teve momentos tensos. Os senadores Eduardo Suplicy e o relator Ronan Tito chegaram a perder a paciência na discussão sobre a cobrança do Imposto de Renda no o pagamento aos bancos credores. O senador petista defende que o governo brasileiro cobre IR sobre os valores. Os juros atrasados giram em torno de US\$ 9 bilhões, mas o limite de desembolso em dinheiro será de US\$ 2 bilhões e o restante em bônus emitidos pelo governo brasileiro.

A intenção do governo era aprovar o acordo no Senado para facilitar os contatos do presidente Fernando Collor, que viaja segunda-feira para os Estados Unidos. "O importante é que o Senado vote consciente, sabendo o que está aprovando", resumiu o embaixador Jório Dauster. Segundo ele, o adiamento para terça-feira não vai atrapalhar o prosseguimento das negociações da dívida externa.